



Serviço Público Federal  
Ministério do Turismo  
Secretaria Especial da Cultura  
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
Divisão Técnica do IPHAN-TO

**PARECER TÉCNICO** nº 22/2022/DIVTEC IPHAN-TO/IPHAN-TO

**ASSUNTO:** Parecer Técnico de Reavaliação do título de Patrimônio Cultural do Brasil dos Saberes e Práticas Associados aos Modos de Fazer Bonecas Karajá e Ritxoko: Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá.

**REFERÊNCIA:** Processo Administrativo SEI nº 01450.001914/2022-76

**DOCUMENTO DE APOIO À LEITURA DO PARECER:** Relatório Circunstanciado (SEI N.º 3902776)

*Palmas, 11 de outubro de 2022.*

À Coordenação Geral de Identificação e Registro (CGIR) e à Coordenação Geral de Promoção e Sustentabilidade (CGPS) do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI)

## I. INTRODUÇÃO

O presente Parecer Técnico apresenta a Reavaliação relativo aos bens registrados como Patrimônio Cultural do Brasil: Saberes e Práticas Associados aos Modos de Fazer Bonecas Karajá e do Ritxòkò: Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá. A confecção dessas figuras de cerâmica, denominadas em iny ribè, na língua nativa, de ritxòkò (na ala feminina) e/ou ritxò (na ala masculina), é uma atividade exclusiva das mulheres e envolve técnicas e modos de fazer considerados tradicionais, transmitidos de geração em geração. As bonecas são mais do que objetos meramente lúdicos, pois se referem à uma cosmologia da cultura Karajá, que comportam significados sociais profundos, reproduzindo o ordenamento sociocultural e familiar dos Karajá.

Com motivos mitológicos, de rituais, da vida cotidiana e da fauna, as bonecas Karajá são importantes instrumentos de socialização das crianças que se vêem nesses objetos e aprendem a ser Karajá. Por essa via, recebem ensinamentos, conhecem as técnicas e saberes associados à sua confecção e usos. Por representarem cenas do cotidiano e dos ciclos rituais, elas portam e articulam sistemas de significação da cultura Karajá.

A pintura e a decoração das cerâmicas estão associadas, respectivamente, à pintura corporal dos Karajá e às peças de vestuário e adorno consideradas tradicionais. Indicativos de categorias de gênero, idade e estatuto social, a pintura e os adereços complementam a representação figurativa das bonecas, que identificam então “o Karajá” homem ou mulher, solteiro ou casado, com todos os atributos que “a cultura” cria para distinguir convencionalmente essas categorias.

No ano de 2012 os Saberes e Práticas Associados aos Modos de Fazer Bonecas Karajá e Ritxòkò: Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá foram registrados pelo IPHAN, sendo inscritos respectivamente nos Livros dos Saberes e das Formas de Expressão. Estes reconhecimentos geraram a responsabilidade da União em acompanhar, a partir de um processo de salvaguarda, esses bens culturais. Tal fato impactou no compromisso dos poderes públicos em dialogar com a comunidade detentora e a partir do interesse da mesma, fomentar a continuidade da manifestação, por meio da valorização, da promoção e de ações de salvaguarda.

Conforme previsto no Art.7º do Decreto 3.551/2.000, o Registro deverá passar por um processo de revalidação, pelo menos a cada dez anos. Considerando que os referidos bens culturais foram reconhecidos em 2012, logo esse prazo chegou ao seu limite no ano corrente. Desse modo, o processo administrativo foi instaurado em julho de 2022, pautado na regulamentação específica da Resolução nº 5, de 12 de julho de 2019.

Na data de 21 de junho de 2022, foi realizada uma reunião prévia, com a participação do técnico do DPI e de técnicos da área de patrimônio imaterial das Superintendências do Iphan em Goiás, Mato Grosso e Tocantins. O objetivo foi esclarecer a proposta contida na Resolução nº 5/2019, assim como definir os procedimentos e iniciativas que seriam adotados para a produção do Parecer Técnico de Revalidação.

Por meio do Ofício-Circular Nº 32 (SEI N.º 3664203), no dia 12 de julho do ano vigente, o Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI-IPHAN) encaminhou às supramencionadas unidades do IPHAN o processo administrativo de Revalidação do Título de Patrimônio Cultural do Brasil dos bens culturais Karajá (SEI nº 01450.001635/2021-21). Neste, consta a Nota Técnica nº18 (SEI N.º 3650290), emitida conjuntamente pelas Coordenações Gerais de Identificação e Registro (CGIR), de Apoio à Salvaguarda dos Bens Registrados (COABR) e de Promoção e Sustentabilidade (CGPS), que apresentam:

(...) os aspectos culturalmente relevantes e demais informações pertinentes que justificaram este Registro, assim como indicações sobre os fundamentos para uma análise acerca da contribuição das ações de apoio e fomento implementadas para a continuidade e fortalecimento do bem cultural. Além das discussões anteriormente mencionadas, foram consultados os principais documentos que instruem o processo de Registro do bem: Dossiê IPHAN – Saberes e Práticas associados ao Modo de Fazer Bonecas Karajá; publicação Saberes, Fazeres, Gingas e Celebrações: Ações para a salvaguarda de bens registrados como Patrimônio Cultural do Brasil 2021-2018. (IPHAN, 2018) Parecer Técnico do DPI, escrito por Fabíola Nogueira da Gama Cardoso; e Parecer do membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, de autoria de Roque de Barros Laraia.

A partir da demanda mencionada foi solicitada pelos técnicos responsáveis pelo parecer a autorização para a elaboração conjunta do documento técnico em tela, bem como manifestada a necessidade da realização de visitas às ceramistas com a finalidade de obter dados mais precisos sobre as questões apresentadas na Nota Técnica nº. 18 (SEI n.º 3675844). No processo de salvaguarda dos bens culturais Karajá desde novembro de 2019 as superintendências do Iphan nos estados de Goiás, Mato Grosso e Tocantins começaram a atuar de forma mais próxima e articulada, sendo a elaboração conjunta do parecer técnico no processo de revalidação dos bens culturais Karajá uma continuidade dessa forma de organização. Ao longo dos anos de 2020 e 2021, durante a pandemia do Covid-19 foram realizadas algumas reuniões envolvendo os técnicos das três superintendências, parceiros/colaboradores, lideranças indígenas e detentoras do bem cultural, ações essas que reforçaram a necessidade de realização de um trabalho em conjunto.

Para a elaboração conjunta deste parecer técnico foram realizadas pesquisas nos arquivos das superintendências, contatos prévios com detentores via telefone e aplicativo WhatsApp, contatos com interlocutores de instituições públicas que desenvolvem trabalhos nas aldeias Karajás, como IBAMA, FUNAI e SESAI, e visitas às próprias detentoras nas terras indígenas.

As visitas às aldeias Karajás localizadas na Ilha do Bananal/TO e Aruanã/GO, com o objetivo de obter anuências das ceramistas e produzir conhecimento capaz de subsidiar a avaliação da revalidação do título, envolveram a participação dos técnicos que atuam nos estados de Goiás, Mato Grosso e Tocantins. No período de 05 a 06 de setembro de 2020, a historiadora do Iphan/GO, Renata Galvão, conversou com 18 ceramistas: Jandira Dyrty Karajá, Iracy Roredique Carajá, Elizabeth de Arumane, Claudinice Coxiru Wassuri Javaé, Clauderice Buré Wassuri, Harawaki Kahereri Karajá, Wilduá Heryde

Gama de Sá Javaé, Claudiana Acorrire Wassuri, Unarriro Kawinam, Indiana Wassuri da Silva, Dorcelia Wassuri, Kurahanu, Ximanuci, Loiwa Damazia Karaja, Simani Kalsiamaru Karajá, Madalena, Silvaneide Korixay Karajá, Imahadiru Silmara Karajá, das aldeias Karajá Buridina e Budé-Burê no município de Aruanã (GO). Entre os dias 12 e 16 de setembro, os antropólogos Francimário Vito dos Santos, do Iphan/MT e Alessandro Barbosa, do Iphan/TO e a superintendente substituta do Iphan/TO, Cejane Pacini, estiveram nas aldeias São Domingos, em Luciara (MT) e nas aldeias Santa Isabel do Morro, Werebia, JK e Wataú, localizadas no município da Lagoa da Confusão (TO).

O diálogo com as artesãs e ceramistas de São Domingos foi realizado em formato de roda de conversa e aconteceu na sede do Instituto Krehawa - INKRE, na própria aldeia. Participaram das discussões sobre a avaliação para fins de revalidação do título 11 artesãs: Karla Maderu Karaja, Mikaely Hirahikoku Karajá, Claudia Waharu Karajá, Txuehinaru Karajá, Ixahakaru Karajá, Txiwnaram Karajá, Wnaderlene Mantiwela Alves Karajá, Mikaely Hirahikoku Karajá, Txahakaru Karajá, Txuehinaru Karajá e Txiwnorom Karajá. As conversas foram intermediadas pelas lideranças locais Karoline Mydiwaru Kawina Karajá e Célio Karajá, que traduziram as falas do técnico para as artesãs e vice-versa durante a reunião.

Optamos por conversar com as ceramistas da aldeia de Santa Isabel do Morro reunindo-as em pequenos grupos e em visitas às unidades familiares. A primeira a ser entrevistada foi a ceramista e anciã Lawarideru Karajá, em seguida conversamos com Kiredhjukû Karajá (55 anos) e Ixenohirû Karajá (45 anos) e, por último, com Mahiry Karajá (48 anos) e seu esposo, Crehelurí Karajá. Ressaltamos que na aldeia há outras ceramistas, porém, o envolvimento delas na avaliação não foi possível devido ao processo de luto ocasionado pelo falecimento de uma parenta. Os diálogos foram intermediados pela professora indígena Waxiki Karajá, que nos apresentou as ceramistas e traduziu as falas das artesãs para o técnico e vice-versa.

Na aldeia Werebia o diálogo com as ceramistas ocorreu também em formato de roda de conversa, com o apoio de Ijahuri para a tradução. Dessa roda de conversa participaram as ceramistas Belawaro, Kuheteru e Koinakaru. Na aldeia JK a conversa aconteceu na casa da ceramista Deborea, junto com sua irmã, Koasaru, também ceramista. A tradução foi feita por Issahana. Em JK moram ainda as ceramistas Komytira e Txudà, mas não estavam presentes na aldeia no momento das entrevistas. A conversa com as ceramistas da aldeia Watau foi realizada em paralelo à uma ação de salvaguarda promovida pela Superintendência do Iphan no Tocantins, que aconteceu no espaço da Escola Estadual Indígena Krumare, durante uma oficina de confecção de objetos conhecidos como “enfeites” (dexi, dekobute e marani), usados em rituais e festas. Desse momento participaram as ceramistas Dikoheti, Diwaxibia e Herenaki, e a tradução foi feita por Idjowaru, liderança feminina da aldeia Wataú. Com exceção de São Domingos, as demais aldeias foram as mesmas que serviram de base para o estudo do registro. Em São Félix do Araguaia/MT, entrevistamos o presidente do Centro Cultural Karajá, Samuel Karajá, responsável pelo recebimento e comercialização de parte do artesanato produzido pelas ceramistas das aldeias Karajá.

Durante as incursões dos técnicos nas aldeias Karajá foram entrevistadas uma média de 41 ceramistas. Outros informantes que possuem relação com o bem cultural, como é o caso de Samuel Karajá, presidente do Centro de Cultura Karajá, que comercializa as bonecas (ritxòkò) e outros tipos de artesanatos produzidos pelo povo Karajá, também foram entrevistados. As entrevistas foram conduzidas com base num questionário semi-estruturado (SEI N.º 3902929), contemplando os principais pontos apresentados da Nota Técnica nº 18 (SEI N.º 3650290).

## **II - AS CONDIÇÕES ATUAIS E DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO BEM CULTURAL**

Com o objetivo de avaliar as condições atuais de produção e reprodução dos bens culturais associados à cultura Karajá, a fim de perceber as mudanças e as continuidades é necessário retornar ao Dossiê de Registro para termos suporte para parâmetros de comparação.

A partir da descrição sumária constante da certidão e do que é tratado no Dossiê de Registro, podemos identificar o que se estabeleceu como a delimitação dos bens culturais, sendo que foram elencados os seguintes “aspectos culturalmente relevantes”:

1. A relação da manifestação com os recursos ambientais da região, dos quais são extraídas as matérias-primas para a feitura das peças;

2. Atividade exclusivamente feminina, exercendo funções lúdicas e atuando como instrumento do processo de socialização infantil;
3. A reprodução de motivos e padrões gráficos nas bonecas que identificam homens e mulheres e distinguem os papéis masculinos e femininos, reforçando os valores tradicionais do grupo;
4. A relação entre um repertório tradicional e a agência e criatividade individuais na aplicação dos grafismos;
5. As *ritxòkò* são consideradas representações culturais que comportam significados sociais profundos, por meio dos quais se reproduz o ordenamento sociocultural e familiar dos Karajá;
6. A confecção de bonecas concebidas como uma prática cultural e como fonte de captação de recursos financeiros para a ampliação das rendas das famílias.

Cientes dessa delimitação e desses aspectos realizamos um monitoramento *in loco*, em diferentes aldeias Karajá, para analisar como estes se apresentam atualmente.

### 1. Quanto às questões ambientais

Considerando a Nota Técnica nº18 (SEI N.º 3650290), emitida conjuntamente pelas Coordenações Gerais de Identificação e Registro (CGIR), de Apoio à Salvaguarda dos Bens Registrados (COABR) e de Promoção e Sustentabilidade (CGPS), indagou-se quanto às informações sobre a localização de matérias-primas, assim como a presença de experimentos com outras técnicas e materiais. Aponta que nas aldeias localizadas na região de Santa Isabel do Morro a matéria-prima é extraída de barreiros, ao passo que em Aruanã, nas aldeias Buridina e Bdè-Burè, as ceramistas adquirem o barro já pronto para a modelagem na cidade de Goiás (a 170 quilômetros de distância).

Quanto aos recursos ambientais, na pesquisa de campo realizada nas aldeias de Aruanã/GO, entre os dias 05 e 06 de setembro de 2022, foi relatado por todos os entrevistados a manutenção do uso da argila comprada no Município de Goiás. Vale ressaltar, que observamos três justificativas para a manutenção da compra da argila, uma quanto à falta de árvores “Cega Machado” (*Physocalymma scaberrimum Pohl*), da qual se recolhe gravetos para extrair cinzas e incluir na argila que tem em Aruanã/GO. A segunda argumentação se refere à dificuldade, quando se retira a argila lá de Aruanã/GO, é preciso incluir as cinzas da Cega Machado e depois amassar muito para deixar no ponto de modelagem, esse processo é muito moroso e cansativo, já a argila que é comprada em Goiás/GO já vem pronta para a realização da modelagem. O terceiro ponto destacado pelas ceramistas é quanto ao custo, pois para retirar a argila em Aruanã/GO, é necessário contratar uma pessoa para transportar a argila do local de onde é extraída até as aldeias, e esse custo é maior do que é pago na argila em Goiás/GO, que geralmente é levada à Aruanã/GO por pessoas que viajam frequentemente para Goiás/GO, sem custo adicional.

Nas aldeias JK, Werebia e Wataú as ceramistas coletam o barro, *suù*, em ao menos dois pontos, um ao lado da encosta onde param as embarcações na aldeia JK e o outro ponto é na aldeia Santa Isabel do Morro, Hawalò Mahãdu. A argila de tonalidade mais clara e a de tonalidade mais avermelhada são encontradas em ambos os locais, sendo que para a confecção das bonecas a mais indicada é a mais clara, e a argila mais escura, avermelhada, é mais indicada para a produção da cerâmica utilitária. Há uma grande preocupação com o rio Araguaia, o *Berohokÿ*, pois a cada ano no período de ausência de chuvas, de seca, que dura de maio ao fim de outubro, o nível do rio fica mais baixo, e isso tem começado a dificultar o acesso aos barreiros pois a formação de praias é cada vez maior. Em 2022, segundo os próprios Karajás, o nível do rio na seca foi o mais baixo já visto, tornando difícil até mesmo o acesso às aldeias, isso porque alguns canais que são utilizados para acessar as encostas onde param as embarcações (voadeiras e canoas) estão secando. É oportuno mencionar que há dragagem do rio acima da Ilha do Bananal, no trecho onde é realizada a travessia de balsa entre os municípios de Caseara/TO e Santana do Araguaia/PA.

As queimadas que durante o período de seca atingem principalmente a Amazônia e o cerrado estão presentes também na Ilha do Bananal, nas terras Karajá. No entanto, as madeiras tanto para fazer as cinzas, *mauwysidè*, da queima da madeira Cega-machado, que serão misturadas à argila

quanto a casca de imbuia e demais espécies utilizadas no processo de queima das peças (aquecimento e cozimento) são encontradas próximas às aldeias e não foram mencionadas dificuldades sobre a disponibilidade desses materiais nas aldeias adjacentes à Santa Isabel.

Antes de abordar a questão ambiental relacionada à aldeia Karajá São Domingos, em Luciara, carece informar que a principal matéria prima vegetal usada pelas mulheres na confecção de cestarias (abanadores, fruteiras e painéis com mini-ícones da cultura Iny) e esteiras<sup>[1]</sup> usadas em diversos rituais executados na comunidade como nascimento, ritos de iniciação dos jovens, casamentos etc., advém da utilização de fibras da palmeira buriti. Na reunião, questionadas à respeito da extração da palha e de uma possível escassez ou dificuldade de acesso à matéria prima, as artesãs informaram que apesar de difícil acesso, as matrizes estão dentro da própria Terra Indígena. Porém, para coletar a palha elas contam com as ajudas dos maridos e dos filhos para cortar e transportá-las para a aldeia. As constantes queimadas que acontecem durante os meses de seca na região, preocupa as artesãs pois pode num futuro próximo provocar a extinção da palmeira.

Quanto à confecção de bonecas Karajá em São Domingos, observamos que a quantidade de ceramistas exercendo a atividade é inexpressiva em comparação à aldeia Santa Isabel, que há mais artesãs confeccionando peças com padrões diversificados mais aceitos pelo mercado. Por esse motivo, elas não conseguiram dimensionar o impacto da degradação ao meio ambiental local associada ao ofício, embora algumas delas saibam confeccionar “bonecas sem braços”, as hakana ritxoko, conhecidas como bonecas do tempo antigo, utilizadas de forma lúdica pelas crianças do sexo feminino para brincarem. É o caso da ceramista Vanderlene Mantiwela Alves Karajá que fez uma demonstração durante a roda de conversa. Ela afirmou que esse tipo de escultura não é aceito pelo mercado, como são os modelos que possuem braços e pernas, as wijina bede ritxoko, bonecas do tempo atual. E demonstrou interesse em aprender com as outras ceramistas, externas à aldeia, o modelo denominado por ela de “mais moderno”.

Observamos ainda que na aldeia São Domingos se produz esculturas de bonecas confeccionadas em madeiras, denominadas *awaawa* (fala de homem) e *kawakwa* (fala de mulher). Ao contrário das peças confeccionadas em barro cujo ofício é considerado exclusivo das mulheres, e que retratam diversas cenas do cotidiano do povo Iny, as bonecas esculpidas na madeira seguem um único padrão: o corpo longilíneo masculino ou feminino adornado com os grafismos tradicionais. Na aldeia o único artesão é Kutaria Karajá.

Na aldeia Santa Isabel do Morro onde há uma concentração maior de “ceramistas profissionais”, terminologia êmica difundida entre as detentoras para referenciar aquelas que produzem as peças destinadas ao mercado, observamos que a produção de ritxòkò de barro é mais significativa, e envolve a participação de várias ceramistas idosas e jovens. A primeira ceramista a ser visitada foi a anciã Lawarideru Karajá que confecciona bonecas desde criança quando aprendeu o ofício observando a avó e a mãe. Apesar da idade avançada, ela continua fabricando suas peças (bonecas e miniaturas de onças, viados e outros animais que compõem a fauna local), porém relatou que às longas distâncias que separam os barreiros (locais de retirada do barro) e sua residência vem se acentuando e têm dificultado o exercício de seu ofício. Como os barreiros ficam próximos ao rio, que ano a ano vem sendo castigado pelas erosões e desmatamento das matas ciliares, o tipo de barro apropriado à produção de bonecas tem se tornado escasso, demandando dela a busca por matéria prima em locais cada vez mais distantes da aldeia. As ceramistas mais idosas dependem da ajuda de terceiros para pegar o barro que pode ser uma filha ou netos. De acordo Samuel Karajá, as cheias do rio Araguaia obrigam as ceramistas a procurarem outros barreiros mais distantes localizados em áreas não alagadas, já que os locais costumeiros foram inundados.

A respeito das cinzas produzidas a partir da queima da lenha do Cega Machado, as ceramistas afirmaram que o processo é feito ainda nas matas, pois, o contato direto com a planta causa coceiras na pele. O fato das cinzas serem produzidas no local de coleta, que após de prontas se tornam leves, facilita o transporte até as residências. Segundo elas, a espécie é abundante no entorno da aldeia Santa Isabel do Morro.

## 2. Quanta às características do processo de produção

Outra questão relevante para pensar o binômio continuidades/mudanças referente aos bens registrados da cultura Karajá, refere-se a inclusão de novas técnicas na confecção das peças - o preparo da massa, a queima e a pintura das bonecas. Nesse sentido, as ceramistas entrevistadas nas aldeias Buridina e Budé-Burê em Aruanã/GO, foram unânimes em indicar que não houve nenhum tipo de alteração. Contudo, quando se questionava sobre o uso de novas ferramentas e/ou materiais foi observado pequenas alterações. A ceramista de Buridina, Darcelia Uassuri, indicou que inseriu o uso de pincel para fazer os grafismos, que antes eram realizados com o talo do Buridina. Já as ceramistas (Claudenice Coxiru Wassuri Jovaé, Claderice Buré Wassuri, Karawaki Kahereru Karajá, Wildná Hueryde Gama de Sá Jovaé, Claudiana Acorrire Wassuri, Unarriro Kawunam) também da aldeia Buridina, apontaram a introdução de tinta preta de sapato. As ceramistas Iracy Roradique Karajá e Elizabeth de Arumane de Buridina e a Jandira Dyrity de Budé-Burê, informaram que utilizam a tinta preta para tecido. Na aldeia Budé-Burê as ceramistas Ximnya, Kurahanru, Loiwa Damazia Karajá, Simoni Kalsianasu Karajá, Madalena, Sivaneide Korixy Karajá e Inahadiru Silmara Karajá, relataram que estão utilizando cinzas para produzir a tinta preta.

Nas aldeias próximas de Santa Isabel do Morro não houve a inserção de novas ferramentas no processo de produção para além das já mencionadas no dossiê. A possibilidade de usar forno para o cozimento das peças é mencionada pois segundo as ceramistas ele poderá proporcionar uma queima mais homogênea das peças e com menos perdas ocasionadas pelas rachaduras durante o processo. Assim como nas demais aldeias, as tintas utilizadas para aplicação dos grafismos são tanto naturais quanto as industrializadas. Esses grafismos são aplicados nas peças por meio de tintas feitas com base natural, utilizando do urucum, fuligem do carvão da base das painéis e casca de ixarurina, e também por tintas industrializadas usadas para tingir sapatos, adquiridas nos comércios das cidades ribeirinhas próximas às aldeias. As tintas industrializadas são usadas por aderirem melhor às peças de cerâmica, e por permanecerem nelas por mais tempo, além da praticidade que proporcionam ao processo, segundo as ceramistas.

Sobre a relação entre manutenção e transformações no modo de fazer as bonecas, as ceramistas das aldeias São Domingos e Santa Isabel do Morro com as quais conversamos, foram enfáticas ao afirmarem que as técnicas continuam as mesmas de quando aprenderam o ofício. No entanto, ao longo dos diálogos observamos que algumas técnicas ou novos materiais foram inseridos ao processo como por exemplo a tinta preta que dá cor aos cabelos e outros detalhes das esculturas, que antes usava-se a tintura vegetal de jenipapo, hoje, deu lugar à tinta de polir sapatos da marca comercial Nugget, cuja aplicação requer o uso da esponja que vem na embalagem. Os detalhes na cor vermelha que as ceramistas usavam a semente de urucum deram lugar à tinta industrializada da marca Xadrez, disponível no mercado em forma de pó, que é diluída em água pelas artesãs para compor a ornamentação das bonecas. No entanto, o uso desse material já existia na época das pesquisas que embasaram a elaboração do Dossiê.

Conforme já mencionado, há poucas mulheres ceramistas na aldeia São Domingos em atividade produzindo bonecas destinadas à comercialização, embora algumas saibam o modo de fazê-las. Estas, quando necessitam coletar o barro precisam atravessar o rio Araguaia, saindo da margem do estado de Mato Grosso em direção a outra margem, no estado de Tocantins. Para coleta e transporte da matéria prima elas carecem de usar o barco a motor, o que elas não dispõem.

Na aldeia Santa Isabel onde a produção de peças é mais expressiva e direcionada à comercialização direta com foco no turismo, observamos que a queima das peças ainda é realizada de forma tradicional. A ceramista Lawaride Karajá afirmou que realiza a queima de suas peças seguindo os mesmos procedimentos que aprendeu com seus ancestrais. O forno tradicional é simples e consiste em definir um quadrado no quintal, medindo aproximadamente 1 metro por 1 metro, com uma pilha de tijolos em cada um dos cantos, e sobre essa, é assentada uma chapa de metal. Está pronto o forno! O processo seguinte é a queima das peças, que acontece em duas fases: a primeira consiste dispor as peças sob a chapa, em seguida, empilhar a madeira cobrindo a parte de metal e atear fogo. O primeiro procedimento é para acelerar a secagem do barro. Já a segunda e última fase, que é de fato a queima, espera-se as peças esfriarem, retira-se a parte de metal, arruma-se a lenha diretamente sobre as peças e torna a fazer a combustão da madeira (Ver Figuras 19 e 20 do Relatório Fotográfico). Quando o fogo consumir toda matéria orgânica aguarda-se um dia para retirar as bonecas e limpá-las e iniciar a

ornamentação. A ceramista reclamou que o processo é “trabalhoso” e que não dá conta de conduzir sozinha. Ela também comentou que foi construído um forno de alvenaria, igual ao que existe nas aldeias de Aruanã (GO), mas que infelizmente não atende as necessidades. A princípio a tecnologia construída com recurso financeiro oriundo de algum projeto (não soube dizer a origem), prometia facilitar o processo de queima das bonecas e diminuir o desperdício das peças ocasionado durante a queima. No entanto, devido a algum defeito na construção, o forno não funcionou e foi abandonado pelas ceramistas, que tiveram de retomar o processo nos moldes tradicionais.

### 3. Quanto às relações de gênero

A Nota Técnica nº18 (SEI N.º 3650290) encaminhada pelo DPI, também suscitou a questão do domínio exclusivo feminino na confecção das bonecas. Na época do Registro, o Dossiê ressaltou que o modo de fazer das bonecas Karajá era uma atividade feminina, em que aos homens eram reservados algumas tarefas auxiliares. No que tange isso, nas duas aldeias Karajá presentes em Aruanã/GO, as ceramistas entrevistadas convergiram para afirmar que a confecção das bonecas Karajá continua sendo executadas pelas mulheres e os homens se mantêm em tarefas auxiliares.

Nas aldeias JK, Werebia e Watau a exclusividade da confecção também permanece das mulheres. Os homens auxiliam na coleta da argila, carregando o material até a casa da ceramista, e os meninos também brincam com as bonecas, mas os saberes relacionados à confecção continuam sendo exclusivamente das mulheres. Aos homens, segundo as ceramistas dessas aldeias, caberá também o papel de auxiliar na comercialização em alguns casos.

Em São Domingos e Santa Isabel do Morro esse contexto não é muito diferente, com exceção que na primeira comunidade a confecção de *awaawa* (fala de homem) e *kawakwa* (fala de mulher), bonecas e bonecos confeccionados em madeira, são produzidas por homens. Na segunda aldeia, embora a regra também seja as mulheres dominarem o modo de fazer as bonecas com os homens (maridos e filhos) auxiliando-as nas tarefas que exigem maior desgaste físico como a coleta e transporte do barro, lenha para queima e as cinzas das matas para as residências, observamos que alguns homens continuam ajudando as mulheres e também desempenhando outras funções. É o caso da ceramista Mahiru Karajá que confecciona as bonecas e seu marido, Crirururí Karaja se responsabiliza pela comercialização via venda direta e internet. Ele contou que já foi a Brasília várias vezes levar encomendas para clientes e durante a pandemia do Covid-19 comprou uma máquina portátil para realizar vendas por meio de cartões de crédito e débito, e também habilitou o PIX com o objetivo de realizar transações comerciais via aplicativo do WhatsApp.

### 4. Quanto aos padrões gráficos e seus significados

Destacou-se no Dossiê que as pinturas das bonecas Karajá compõem um grafismo que detalha informações sobre valores cosmológicos e de funções sociais assumidas pelas mulheres na cultura Karajá. Desse modo, a nomenclatura (suas variações) e o significado são utilizados para transmissão de valores culturais para as novas gerações femininas da comunidade. Neste aspecto, nas duas aldeias Karajá presentes em Aruanã/GO, a maioria das ceramistas entrevistadas afirmaram que tanto os grafismos, quanto os seus significados continuam os mesmos. Contudo, as ceramistas Iracy Roradique Karajá e Elizabeth de Arumane de Buridina, apontaram que há diversos desenhos novos, que são feitos com o intuito de “embelezar as peças”. Quando questionada sobre quais os temas desses desenhos, as entrevistadas informaram que são temas variados da natureza.

Nas aldeias adjacentes à Santa Isabel, a maioria das ceramistas utiliza os mesmos grafismos que foram inventariados no dossiê, sendo os tipos *Haru*, *Werurá*, *Otunibro Rti*, *Koe Koe*, e *Lyby Lyby* os mais mencionados. Koassaru, da aldeia JK, informou que há também o tipo de grafismo conhecido como “5 *Rti* (pintura de cinco)”, seria uma espécie de inovação, mas o mesmo grafismo é também relacionado ao *Koe Koe* (p. 138 do Dossiê). Inicialmente a quantidade de padrões gráficos era menor, e o mais utilizado era o que fazia referência à onça. Esses padrões aplicados nas bonecas foram se diversificando,

sendo a maioria relacionados a elementos da natureza, conforme mencionado pelas ceramistas de Buridina.

A respeito dos padrões gráficos, as ceramistas das aldeias São Domingos e Santa Isabel do Morro se manifestaram afirmando que pouco coisa mudou em relação aos desenhos reproduzidos nas peças. Porém, Mahiru Karajá, artesã residente na segunda comunidade, comentou que no passado os detalhes eram simples inspirados em alguns animais como jacaré, tartarugas e onças, e hoje outros “mais difíceis” estão sendo copiados das pinturas corporais e reproduzidos nas bonecas.

#### **5. Quanto à comercialização das peças seja no âmbito mais geral do mercado turístico**

A Nota Técnica nº18 (SEI N.º 3650290) encaminhada pelo DPI, ressaltou que no Dossiê, desde a década de 1940 a comercialização das peças se intensificou, passando a adquirir importância cada vez maior como estratégia voltada para a obtenção de renda das famílias Karajá. Nesse sentido, as ceramistas entrevistadas nas aldeias de Aruanã/GO, reportaram que a visibilidade trazida pelo Registro em âmbito federal, proporcionou um aumento na procura pelas bonecas. O cacique Raul, da aldeia Buridina, indicou que o reconhecimento cultural também motivou o interesse interno de muitas Karajá em aprender e fazer da Boneca Karajá.

No que se refere ao perfil dos consumidores, observamos uma divergência nas informações coletadas nas aldeias. Enquanto na aldeia Buridina, as ceramistas apontaram que têm mudado o perfil do consumidor, crescendo o quantitativo de interessados em compras em atacado para revenda, já na aldeia Budé-Burê, as ceramistas informaram que as vendas são exclusivamente a compradores diretos. Essa diferença pode ser compreendida pelo fato da localização de Buridina ser dentro do setor turístico da cidade de Aruanã/GO. Ademais, nesta aldeia há o Centro Cultural Karajá, onde são comercializadas as bonecas, facilitando o contato de interessados na revenda. Por outro lado, a aldeia Budé-Burê tem uma localização um pouco distante do setor turístico, dificultando o acesso de visitantes a esta. Desse modo, as ceramistas de Budé-Burê, têm feito exposições itinerantes de vendas, nos setores mais visitados por turistas, no período de alta temporada (julho, dezembro, janeiro e em feriados prolongados), para facilitar as vendas.

Perguntamos às ceramistas de Budé-Burê, por que razão as peças que produzem não são comercializadas no Centro Cultural Karajá de Buridina, e as artesãs informaram que ocorreu um conflito com o Cacique Raul, que é quem administra o local. Por isso, elas preferem realizar a venda diretamente.

A comercialização é uma questão latente também para as ceramistas de JK, Werebia e Watau. Em geral observaram que a procura e as vendas das bonecas aumentaram logo após o registro, mas com o passar dos anos essa procura tem diminuído, o que foi agravado com o início da pandemia de Covid-19. Percebem que, atualmente, as instituições não têm comprado as bonecas, e que o número de compradores que faziam encomendas diretamente com as ceramistas também diminuiu. São ao menos quatro formas mais usuais de venda das bonecas, de acordo com o comentado pelas ceramistas dessas aldeias. A forma mais próxima se relaciona com o comércio local nas cidades ribeirinhas, nesse caso, no município de São Félix do Araguaia/MT. Na temporada de praia no rio Araguaia há um fluxo de turistas que passam pela cidade, e alguns se interessam pelas Ritxoko e também por outros tipos de artesanatos feitos pelas indígenas Karajá.

Além dessa venda direta aos turistas locais, são feitas encomendas às ceramistas. As pessoas que fazem essas encomendas entram em contato diretamente com as ceramistas ou com algum familiar. Deborea, da aldeia JK, por exemplo, informou que seu filho que mora na cidade de São Félix do Araguaia/MT auxilia nesse processo, fazendo a mediação entre a pessoa que encomenda e ela. No entanto, não possuem detalhes sobre essas pessoas nem o destino final das peças encomendadas (se são revendidas ou se o comprador é colecionador). Além da possibilidade da pessoa retirar a encomenda no local, os Karajás podem também enviar por meio de transportadora ou então viajarem para entregar as peças. Nesse caso, quando viajam, a ceramista pode enviar um familiar para entregar a encomenda que pode já aproveitar o deslocamento e fazer compras para sua família. A quantidade de encomendas já foi mais expressiva, segundo as ceramistas.

As feiras e eventos também são vias de comercialização das bonecas. Esses eventos podem ser tanto locais como regionais e podem mobilizar várias pessoas e famílias para participação. Quando as ceramistas participam de feiras e eventos em grandes centros urbanos ou locais mais distantes das aldeias levam consigo filhos e/ou maridos, que auxiliam no transporte das bonecas e também na segurança durante a viagem.

Outra forma de comercialização é através do Centro Cultural Karajá, localizado na cidade de São Félix do Araguaia/MT. O local recebe para vender inúmeras peças, por consignação. A predominância é de bonecas mas há também artesanato em geral, como brincos, cachimbos, remos e maracás. O local recebe também encomendas e já enviou bonecas para compradores de outros países, como Noruega, Portugal, França e Inglaterra. Segundo o presidente do espaço, Samuel Karajá, após o registro observou-se um aumento no público interessado em adquirir as bonecas. Se antes se concentrava basicamente entre colecionadores e professores pesquisadores, hoje, a demanda se dá também entre turistas, gestores de instituições museológicas e donos de lojas de decoração. Durante nossa visita ao centro, verificamos a existência de poucas peças disponíveis para venda. Isso porque sua esposa as tinha enviado para serem comercializadas durante a 4ª Edição da Feira de Artesanato e Cultura, realizada no período de 16 a 25 de setembro de 2022, em Fortaleza (CE). Os recursos financeiros que viabilizaram a viagem até a feira para fins de divulgação e comercialização das bonecas foram custeados pelo governo do Estado de Tocantins.

Samuel Karajá ressaltou que a cada dia o mercado de artesanato torna-se mais exigente em relação ao acabamento final das bonecas (ausência de rachadura, borrado nos grafismos, simetria etc), o que o obriga a escolher as peças que estão alinhadas com os gostos dos compradores. Isso acabou desapontando algumas ceramistas, que não disponibilizam suas bonecas para serem vendidas no espaço físico ou por meio das redes sociais por intermédio do presidente do centro cultural.

A questão da comercialização dos produtos oriundos do processo de continuidade do bem cultural embora seja uma atividade de responsabilidade das detentoras e que contribui para a autonomia financeira das mulheres artesãs, tem apresentado algumas características que as preocupa. A figura do atravessador cada vez mais comum entre as aldeias produtoras de bonecas cujo objetivo é comprar geralmente por preços baixos e revendê-las no mercado mais amplo, tem sido sistemática e talvez a forma mais comum de comercialização direta. No entanto, quando questionadas se estão satisfeitas, as ceramistas afirmam que não, pois, além de vendê-las por valores que não consideram justo, alguns demoram a efetuar o pagamento. Durante o processo de entrevista a equipe do Iphan tomou conhecimento por meio da professora Waxiki Karajá que o proprietário de uma loja famosa de artesanato indígena, com filiais em várias cidades turísticas brasileiras está em débito com as ceramistas da aldeia referente a compras de bonecas. Ela também afirmou que as peças comercializadas na loja do Sesc Arsenal em Cuiabá são intermediadas por um indígena Karajá da Aldeia Fontoura que, por sua vez, as revende para a entidade. Algumas ceramistas também citaram o presidente do Centro Cultural Karajá que pega as peças para comercialização no formato consignado, e demora a pagar.

O processo atual de comercialização além de não trazer o retorno financeiro no tempo esperado pelas artesãs ainda provoca conflitos entre elas. Alguns dos compradores quando chegam à aldeia saem visitando as ceramistas especulando com o objetivo de conseguir o menor valor por peças. Embora essa seja uma lógica estabelecida pelo mercado mais amplo, por necessidade de ter o dinheiro rápido, elas acabam comercializando suas mercadorias por valores abaixo do esperado. Há outros que preferem adquirir as peças da ceramista tal alegando que suas peças se enquadram nos “padrões de qualidade” exigidos pelo mercado por apresentarem beleza, uniformidade dos grafismos, queima uniforme etc. Essa postura tem gerado desentendimentos e conflitos internos entre as ceramistas.

Por outro lado, verificamos que a comercialização de bonecas produzidas na aldeia Santa Isabel do Morro, localizada na margem oposta do rio, e revendidas por parentas da aldeia São Domingos<sup>[2]</sup>, é uma prática que coexiste com a figura do atravessador. Ela demonstra a existência de um circuito de solidariedade entre as mulheres e talvez uma saída para combater a prática abusiva dos atravessadores.

Dikoheti, Diwaxibia, Herenaki, ceramistas da aldeia Watau, disseram que era mais fácil vender nos anos anteriores, e que inclusive levavam as ritxoko para Funai e deixavam lá para venda, mas

atualmente isso não é mais feito. Quanto aos valores praticados, quando vendem para instituições consideram que o valor é baixo, pois há uma negociação maior. Nas feiras e eventos que participam conseguem vender a preços melhores e quando deixam suas bonecas para consignação no Centro Cultural Karajá ainda há o acréscimo de valor do local.

## 6. Quanto à transmissão dos saberes

De acordo com o Dossiê, o processo de aprendizagem se dá, predominantemente, em âmbito doméstico, envolvendo os membros da família extensa e segmentos familiares mais próximos. Nas aldeias de Aruanã/GO foi predominante entre as ceramistas a indicação que a transmissão dos saberes são passados dentro do ambiente familiar. A única informação divergente a essa, foi a relatada pelo Cacique Raul, que afirmou que a escola indígena presente em Buridina, também tem se dedicado à transmissão desse saber para as alunas. Com isso, entendemos que não ocorreu mudanças significativas quanto aos modos de transmissão do saber, sendo a escola apenas um meio a mais, que não exclui ou diminui a importância dos ensinamentos dentro do espaço doméstico.

Em JK, Werebia e Watau as entrevistadas informaram o mesmo, de que a transmissão dos saberes ocorre predominantemente pela família. Deborea, por exemplo, aprendeu sobre as Ritxoko com sua mãe, Korixo (em memória) e com sua irmã, Koasaru. As ceramistas, então, ensinam suas filhas, suas sobrinhas, suas netas, irmãs e demais mulheres da família. Não há uma idade exata para esse aprendizado, mas é recomendável que a jovem tenha uma idade segura para manejar o fogo nos processos de queima das peças.

Sabem quando uma criança terá maior aptidão para aprender os saberes relacionados às Ritxoko quando essas manifestam interesse e habilidades necessárias para isso. Há também uma espécie de divisão desses saberes, que ocorre a partir do interesse de cada pessoa. Segundo as ceramistas Belawaro, Koheteru, Koinakaru algumas pessoas aprendem a trabalhar com palha, com barro, com madeira, fazem esteiras, colares e cestas, por exemplo. Cada interessado escolhe o que quer aprender e se especializar. Durante as conversas com as ceramistas foi possível observar a todo momento a presença e o envolvimento de algumas crianças, principalmente quando mostravam suas ritxoko, durante a conversa.

Foi mencionada também a transmissão de saberes por meio das oficinas, que são em geral fomentadas por instituições públicas. Herenaki, uma exímia ceramista da aldeia Wataú, comentou que costumava ser convidada por outras aldeias para ministrar oficinas para as demais mulheres, tendo participado dessas atividades nas aldeias de Aruanã/GO, mas ultimamente esse intercâmbio não tem ocorrido mais.

Durante a visita à aldeia São Domingos não se observou a dinâmica sistemática de transmissão de saberes inerente aos modo de fazer bonecas Karajá com foco nas mulheres jovens, porém, algumas artesãs verbalizaram a vontade de aperfeiçoamento do ofício por meio de oficina para aprenderem a confeccionar “bonecas profissionais”. Ou seja, as esculturas ditas “modernas” que apresentam na sua composição braços e pernas, e que são as mais aceitas pelo mercado. O ofício de saber fazer bonecas na aldeia é considerado frágil, já que apenas poucas artesãs dominam a técnica, mas não as executa com frequência alegando que não são comercializadas. É o caso da ceramista Vanderlene Mantiwela Karajá, que sabe a técnica de confeccionar as bonecas sem braços, usadas de forma lúdica no processo de socialização das crianças. Porém, a professora e artesã Karen Karajá, que esteve em Cuiabá em 2021, ministrando uma oficina de bonecas para alunos e alunas da rede de ensino estadual, no Museu de História Natural Dom Aquino, a convite da Secretaria Estadual de Educação, afirmou que também realizou esse tipo de trabalho na escola da aldeia e que foi bem aceita pelos alunos e alunas.

Observamos em Santa Isabel do Morro que entre as ceramistas há aquelas consideradas especialistas, cujo processo de criação das esculturas relacionam-se com as histórias e narrativas que estruturam a própria existência do grupo. Enquanto a maioria produz as chamadas "bonecas modernas" que retratam a vida cotidiano e os costumes do povo Iny Karajá, talvez para atender as tendências do mercado, outras optam por produzir esculturas inspiradas em seres mitológicos, referenciados nas narrativas e histórias que remetem às origens. São figuras em forma de seres fantásticos que mesclam

corpos humanos e animais, contendo mais de uma cabeça (Ver Figura 18 do Relatório Fotográfico) e formas diversas. Uma figura bem difundida é do personagem Koboí, ser originário, que impediu a saída da população das profundezas do rio para habitar às margens, na superfície. Seu feito consistiu em impedir a passagem de parte da comunidade usando o próprio corpo para obstruir a pequena fenda. Com isso ele mantém a existência de um mundo harmonioso e perfeito, para o qual os indígenas que vivem na terra retornaram após a morte. Chamou-nos a atenção o fato das ceramistas se referirem a este modelo de escultura usando o termo "modernas", quando na verdade retratam personagens e cenas históricas "antigas" que contam o surgimento desse povo.

Curiosamente, no que diz respeito aos repasses de saberes do ofício entre as mulheres, verificamos algumas interações entre algumas ceramistas e as filhas jovens (adolescentes). Enquanto no Dossiê de Registro, o modo de transmissão é descrito como sendo uma atribuição da figura da mãe ou parenta mais idosa, entre as ceramistas atuais de Santa Isabel do Morro há relatos de que jovens filhas estão atuando junto às mães no processo de confecção das bonecas. A ceramista Mahiru Karajá relatou que já conta com ajuda das filhas menores nos acabamentos mais delicados que compõem as bonecas. Como as filhas têm familiaridade com as técnicas de desenhos aprendidos na escola, elas as aperfeiçoam nos processos de composição dos elementos faciais (boca, nariz, olhos e orelhas) e na execução dos traços finos da reprodução dos grafismos das bonecas. Percebemos na relação de transmissão de saberes entre mãe e filha um tipo de troca horizontal, que demonstra ser positiva no tocante à inclusão das jovens no ofício.

Por outro lado, o vídeo produzido durante a pesquisa do Registro, disponibilizado na plataforma You Tube foi mencionado pelas ceramistas da aldeia Santa Isabel do Morro como uma ferramenta de consulta e inspiração de suas criações. Elas acessam por meio do aparelho celular, assistem junto com as filhas jovens aos detalhes referente ao modo de fazer as bonecas. A partir do material audiovisual é possível observar ainda as técnicas utilizadas por ceramistas já falecidas e assim manter a tradição.

### **III- AS TRANSFORMAÇÕES E O FORTALECIMENTO SOCIOCULTURAL DO BEM RECONHECIDO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DO BRASIL**

#### **Quanta às Ações de Salvaguarda promovidas pelo IPHAN**

Conforme apontou o Dossiê de Registro, é comum na comunidade Karajá os conflitos de lideranças e cisões das aldeias. No caso específico das aldeias presentes em Aruanã/GO, foi observado que o conflito entre as ceramistas de Budé-Burê e a liderança da aldeia Buridina tem trazido dificuldades na comercialização das bonecas para aquelas. Como supramencionado, a localização da comunidade Buridina e o fato do Museu Cultural estar instalado nesta aldeia, gera um facilitador para promover a comercialização das bonecas. Outra questão é que o Museu Cultural, administrado pelo Cacique Raul, está formalmente constituído, estando inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o que permite o estabelecimento de um comércio atacado de seus produtos, aumentando ainda mais as oportunidades de vendas.

Os conflitos entre lideranças e até mesmo entre aldeias não são facilmente identificados, mas ficam evidentes no momento da organização de ações de salvaguarda, quando um ou mais segmentos de uma aldeia se recusam ou resistem em aceitar a participação de grupos de outra aldeia. São situações complexas que em geral devem ser vistas com cautela para que as ações desenvolvidas não acabem por potencializar eventuais conflitos, sendo esse um desafio no processo de salvaguarda dos bens culturais Karajá. A localização geográfica e as características rodoviárias e hidroviárias da região configuram outro desafio, relacionado à logística das atividades de salvaguarda desenvolvidas pelo IPHAN. A cisão de aldeias acaba aumentando esse desafio e também dificulta a capilaridade das ações de salvaguarda entre os indígenas.

A Nota Técnica nº18 (SEI N.º 3650290) menciona também sobre a representatividade de detentores que conformam segmentos que extrapolam a divisão estabelecida entre as aldeias. Nesse sentido, podemos citar o coletivo Mulheres Iny Mahadu, que se formou em 2020. Reunindo mulheres de diversas aldeias, o coletivo atuou no enfrentamento à Covid-19 que naquele momento chegava às

comunidades Karajá. O coletivo articulou a arrecadação de doações e aquisição de produtos como testes rápidos, máscaras, álcool, medidores de temperatura, oxímetros e cestas básicas, além da elaboração e divulgação de material de conscientização sobre o uso de máscaras, álcool em gel e incentivo à vacinação, divulgado nas redes sociais.

Existe também a associação indígena Iny Mahadu, que se configura enquanto um coletivo juridicamente organizado e que se propõe representar todas as aldeias Karajá. A Iny Mahadu atua em diversas áreas, possui vinculadas associações indígenas locais e atualmente está envolvida em dois grandes projetos, um sobre bovinocultura na Ilha do Bananal e outro sobre créditos de carbono. Em 2014 foi realizado pela Superintendência do Iphan no Tocantins um trabalho de identificação e orientação sobre a regularização das associações indígenas. Naquele momento foram identificadas ao menos nove associações indígenas<sup>[3]</sup>, mas atualmente não dispomos de dados sobre a relação dessas associações.

Sobre as distintas concepções entre os Karajá de diferentes aldeias sobre a importância dos Saberes e Práticas Associados ao Modo de Fazer Bonecas Karajá e Ritxoko: Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá e de seu processo de salvaguarda, nas aldeias JK, Werebia e Watau o reconhecimento das ceramistas e de seus saberes é perceptível, e há uma grande adesão que sinaliza o interesse pela continuidade do bem. Em geral, as detentoras e as comunidades como um todo atribuem uma grande importância ao processo de salvaguarda, sobretudo à transmissão de saberes. Sobre essa valorização, é apontada a necessidade de que isso ocorra por parte dos não-indígenas, os torí, e que isso, no caso das bonecas, seja refletido também na comercialização, nos preços de venda..

Vale ressaltar que o último técnico de patrimônio imaterial em atuação no Iphan/MT permaneceu no cargo até o ano de 2009, quando o bem cultural ainda não era registrado. Portanto, durante o período de aproximadamente 10 anos após o reconhecimento como patrimônio cultural imaterial brasileiro, o bem cultural ficou sem servidor para acompanhar as ações de salvaguarda. As ações executadas no período foram conduzidas pelo Departamento de Patrimônio Imaterial/DPI em conjunto com as Superintendências do Iphan de Goiás e Tocantins.

## **2. Quanto às diversas consequências do contato com a sociedade**

A comunidade Karajá em Aruanã/GO, está inserida num contexto urbano, é claro que isso gera impactos. Podemos destacar que por um lado, essa comunidade indígena tem maior facilidade de acesso a serviços públicos e privado, por outro estão mais suscetíveis a discriminação e marginalização. Todavia, foi relatado, de modo unânime, que o registro tem auxiliado para a valorização da cultura Karajá. O reconhecimento, trouxe uma visibilidade e uma promoção do universo cultural que tem agregado nas relações dos Karajá com a comunidade local em Aruanã/GO. Para além disso, a cultura Karajá, passa a ser apropriada, também por alguns setores da comunidade local, no intuito de divulgação do patrimônio cultural como chamariz turístico para o município.

Nas aldeias JK, Werebia e Watau o cenário é semelhante. Embora as aldeias estejam situadas na Ilha do Bananal, são próximas à cidade de São Félix do Araguaia, na margem oposta do rio. Assim como em Aruanã/GO, em São Félix do Araguaia também são discriminados e marginalizados. Uma das consequências do contato com os não indígenas é o consumo abusivo de álcool, algo que tenta ser controlado pelas lideranças locais. O alcoolismo nesse contexto acaba estimulando o aumento da violência nas aldeias, entre os próprios indígenas. O suicídio entre os Karajás, outra questão apontada na Nota Técnica nº. 18 (SEI N.º 3650290), também é motivo de sofrimento nas aldeias. Há uma preocupação dos anciãos e lideranças em levar para as aldeias projetos que envolvam os mais jovens, com a intenção de afastá-los do consumo abusivo de álcool e outras substâncias e do contexto de violência que isso implica, além de motivá-los em se apropriarem mais dos elementos da cultura Karajá.

Em 2012 foi firmado um Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo discutir propostas de ações emergenciais entre os Karajás da Ilha do Bananal, com a finalidade de combater o alcoolismo entre os indígenas e também prevenir e diminuir a ocorrência de suicídios. O GT ficou conhecido como Ação Karajá e envolveu diversas instituições<sup>[4]</sup>. O Iphan, por meio da Superintendência no Tocantins, participou de reuniões de preparação e planejamento e em 2014 desenvolveu um trabalho

de levantamento e diagnóstico das situações das associações indígenas dos Karajá. Houve também o planejamento de oficinas, mas isso acabou não se concretizando frente às dificuldades na efetivação de um convênio com a Funai.

Existe nas aldeias Karajá a atuação do Distrito Especial de Saúde Indígena - DSEI Araguaia, com as equipes que circulam pelas áreas indígenas, os atendimentos, individuais e coletivos, dos profissionais de psicologia e o apoio dos chamados "sentinelas", que são indígenas que auxiliam a monitorar a saúde mental das comunidades e procuram o DSEI-Araguaia quando identificada alguma situação de risco e/ou pessoa que necessite de atendimento. Existem os Centros de Atenção Psicossocial - CAPS, para onde os Karajás são encaminhados. Em São Félix do Araguaia/TO há um CAPS de nível I, e quando necessário são também levados até Goiânia/GO para atendimento em um CAPS de nível III, com mais recursos. Após uma sequência de mais de dez anos com registros de suicídios entre os Karajás, em 2021 não houve essa ocorrência. Esse fato é atribuído, segundo Karen Bezerra, Analista Técnica de Políticas Sociais e Chefe da Divisão de Atenção à Saúde indígena do DSEI Araguaia, ao amplo debate sobre saúde mental que tem sido promovido nas aldeias indígenas.

Esse cenário, em geral, perdura, e as lideranças das aldeias Karajá buscam sempre por parcerias, com entidades públicas ou privadas, que fomentem atividades, projetos nas aldeias com o principal objetivo de envolver os mais jovens, para que assim fortaleça um olhar desse segmento para a própria cultura, para os diversos saberes que se pode encontrar nas aldeias Karajá. Reconhecem a necessidade do trabalho entre e com as ceramistas, mas sempre que possível pontuam também a importância de ações que tenham como foco os bens culturais associados e que envolvam os jovens.

A condução do processo de salvaguarda dos bens culturais Karajá possui alguns desafios constantes como a necessidade de compreender cada aldeia em seu contexto etnográfico e as relações estabelecidas entre elas. Isso é importante para o planejamento e execução de ações de salvaguarda, sobretudo no intercâmbio de conhecimentos e na reunião e participação de famílias de distintas aldeias numa mesma atividade, por exemplo. Além disso, o ciclo das chuvas na região também se impõem como um desafio, principalmente quando relacionado com as condições de acesso às aldeias e às cidades próximas. No período das chuvas as estradas de terra ficam praticamente impossíveis de trafegar, dado o risco de desabamento de pontes de madeira e intensidade da lama nos trechos.

Há também entre os Karajás uma espécie de insatisfação entre gerações, onde os anciões constantemente queixam-se da aparente falta de interesse dos mais jovens em se envolverem nas atividades das aldeias. Mencionam que os jovens estão cada vez mais desinteressados nas coisas dos iny e com olhares mais atraídos pelo mundo dos torí, os não-indígenas. Compreender em profundidade essas considerações sobre os mais jovens e equalizar essas relações nas ações de salvaguarda mostra-se também um desafio. Os professores indígenas, que transitam entre essas gerações, podem ser grandes mediadores, parceiros do IPHAN no processo de salvaguarda.

Ainda sobre a discriminação local, a Nota Técnica questiona sobre esforços empreendidos pelas Superintendências no sentido de combater essa discriminação, sobre desafios e estratégias futuras. Nesse sentido, a elaboração de material didático tem se mostrado como uma possibilidade. As publicações criadas e disseminadas durante o processo de salvaguarda possuem como foco a promoção e difusão da cultura Karajá, mas com elementos que proporcionam conhecer um pouco mais sobre os Karajás, suas histórias e suas referências culturais. Além disso, uma outra linha tem sido o fortalecimento dos rituais por meio de oficinas. No Tocantins, por exemplo, além de oficina de bonecas, foram realizadas também oficinas de adornos corporais, os enfeites como são conhecidos entre os Karajás, que são utilizados durante as festas e rituais, principalmente no Hetohoky, ritual de iniciação masculina. Por meio das ações de salvaguarda é possível contribuir para que os Karajás fortaleçam entre os mais jovens o sentimento de pertencimento étnico frente aos vários tipos de preconceitos à eles desferidos.

Na aldeia São Domingos foi relatado que algumas famílias convertidas à doutrina religiosa cristã de denominação Adventista do Sétimo Dia, que possui um templo na aldeia, tem proibido os jovens de participarem dos rituais de passagem, como é o caso Hetohoky. Segundo o diretor da escola, Célio Karajá, esse tipo de atitude é preocupante porque contribui para o enfraquecimento da identidade cultural do povo Iny Karajá e conseqüentemente a absorção desenfreada da cultura do não indígena que já é forte nas aldeias.

### **3. Quanto aos impactos do Registro na comercialização das bonecas Karajá e na valorização das ceramistas**

Com base no histórico da salvaguarda realizada pela Superintendência do Iphan-GO, foi observado que a comunidade Karajá em Aruanã/GO, tem participado das ações. A exemplo disso, podemos citar: tanto as oficinas do modo de fazer das bonecas Karajá - que foram promovidas com o intuito de fomentar a transmissão do saber dentro dessas aldeias -, como a elaboração do livro bilíngue da Cultura Iny. Percebemos que a salvaguarda caminhou muito em ações que tinham intenções voltadas para a promoção, valorização e transmissão dos saberes destes bens culturais.

Na pesquisa em loco, nas aldeias de Buridina e Budé-Burê, os entrevistados convergiram para a percepção que o Registro e as políticas de salvaguarda estão sendo muito importante para a valorização da cultura Karajá, bem como, o reconhecimento das ceramistas e o impulsionamento da comercialização das Bonecas Karajá. A única compreensão dissonante se refere ao tema da comercialização, que foi expressa pelo Cacique Raul, de acordo com este o registro não aumentou as vendas, pois estas já estavam em processo ascendente antes do reconhecimento, porém permitiu a valorização do produto e um aumento do interesse pela venda atacado.

Nas aldeias situadas na Ilha do Bananal o cenário é semelhante. Há uma grande adesão às atividades de salvaguarda propostas. Foram realizados trabalhos de identificação de detentoras nas aldeias dos polos de São Félix do Araguaia/MT, Luciara/MT e Santa Terezinha/MT, levantamentos de possíveis ações de salvaguarda e o planejamento e execução de oficinas sobre o Registro, sobre a confecção de “enfeites” rituais, sobre a confecção de ritxoko, além da elaboração da cartilha Narrativas Karajá e de apoios pontuais ao ritual Hetohoky. Existe uma grande colaboração por parte dos Karajás na execução de ações de salvaguarda, o desejo da expansão das atividades, além do anseio de que sejam desenvolvidos trabalhos também com os bens culturais associados. Sobre as ritxoko especificamente, a principal questão apontada pelas ceramistas é em relação a comercialização das bonecas, na dificuldade em diversificar os compradores, de atingir públicos mais distantes, nos preços aceitos e na venda para atravessadores.

Sobre a adesão dos Karajás à política do Iphan é importante também mencionar o convênio firmado entre Iphan e UFG, que durou de 2015 até 2018 e desenvolveu diversas atividades entre os Karajás. Por meio do convênio foi executado o projeto “Bonecas de Cerâmica Karajá como Patrimônio Cultural do Brasil: Contribuição para a Salvaguarda”. No âmbito desse projeto aconteceram dois cursos tendo como público-alvo os indígenas, um de gestão de projetos culturais e o outro de produção de documentários etnográficos. Além dos cursos foram realizadas oficinas que abrangeram todos os polos de salvaguarda, cada qual com suas especificidades. Foram oficinas de elaboração de enfeites (adornos corporais), desenhos e pinturas de referenciais culturais, oficinas de confecção de esteiras, ritxoko, arco e flecha, remo e banco (usado em rituais). Além disso, ao final do projeto foi elaborado o livro “Arte Iny Karajá: Patrimônio Cultural do Brasil”, entregue nas aldeias em 2021 e por meio do qual foram trabalhadas oficinas sobre patrimônio cultural Karajá com os professores indígenas. Essas e outras atividades não teriam sido possíveis sem a ampla adesão dos detentores.

Sobre essa adesão, é importante mencionar que até o momento todas as aldeias contactadas anseiam por participarem do processo de salvaguarda. O estudo dos bens culturais realizado para o registro ocorreu nas aldeias Buridina e Bdè-burè em Goiás e Santa Isabel do Morro, Jk, Watau e Werebia, na Ilha do Bananal/TO. Mas, de 2012 até 2022 as demais aldeias foram gradualmente sendo integradas ao processo de salvaguarda, a partir dos trabalhos desenvolvidos no convênio com a UFG, e da aproximação das superintendências com as comunidades Karajá.

Atualmente são 26 aldeias Karajá distribuídas desde Santa Maria das Barreiras/PA, até Aruanã/GO, agrupadas em seis polos que possuem como base as cidades mais próximas das aldeias e com as quais os Karajá possuem alguma relação, seja ela comercial ou voltada aos serviços públicos de saúde e educação, por exemplo. Algumas dessas aldeias foram criadas recentemente, ainda em fase de instalação e de atendimento dos serviços básicos já adquiridos por outras aldeias. Como já comentado anteriormente esse processo é algo comum, as cisões, os desmembramentos de famílias extensas de uma

aldeia maior para aldeias menores, e nessa situação específica é importante mencionar que a fundação de duas novas aldeias, Kuriala e Kutaria M, aconteceu no momento em que a COVID-19 atingia as aldeias Karajá, sendo a dispersão no território e a procura por áreas mais isoladas uma estratégia no enfrentamento de epidemias.

A necessidade de que a política patrimonial do Iphan e, especificamente o processo de salvaguarda, envolva todas as aldeias, esbarra no quantitativo técnico reduzido das superintendências envolvidas frente aos trabalhos que são desenvolvidos com os bens culturais circunscritos em cada estado. Durante esse processo de salvaguarda tanto a superintendência do Mato Grosso quanto a do Tocantins passaram por períodos sem nenhum técnico dedicado ao patrimônio imaterial em seus quadros. Além disso, existem outros desafios já mencionados anteriormente como a distância entre superintendências e aldeias, a dificuldade de acesso às áreas em períodos de chuva e a articulação logística necessária para que as equipes estejam em campo e desenvolvendo as ações. Embora existam os centros difusores, como demonstra o dossiê de registro, como é o caso da aldeia Santa Isabel, é preciso ter atenção para que o processo de salvaguarda não incida e nem potencialize eventuais disparidades entre as aldeias e, ao mesmo tempo, é necessário lançar um olhar atento para as especificidades de cada polo de aldeias, seus contextos etnográficos.

A articulação com políticas voltadas para as comunidades é incipiente, mas em andamento, com algumas tentativas ao longo do processo de salvaguarda. A Ação Karajá, conforme já citada anteriormente, foi um exemplo. Contudo, ainda por ser algo que ocorreu no início do processo de salvaguarda e em momento em que se iniciavam as visitas técnicas de aproximação da Superintendência do Iphan no Tocantins com os detentores, a devida articulação não ocorreu de forma tão expressiva. Já a articulação interinstitucional é algo que ocorre desde o início do processo de salvaguarda. No parecer de registro é recomendado o envolvimento da Funai na salvaguarda, o que tem ocorrido por meio de parcerias técnicas na execução de atividades, utilização de embarcações e estrutura das Coordenações Técnicas Locais. Além da Funai, para a realização de ações de salvaguarda nas aldeias da Ilha do Bananal foram estabelecidas parcerias com a SESAI, por meio do DSEI Araguaia, com a utilização das embarcações que fazem o transporte das equipes de saúde e pacientes de um lado ao outro do rio Araguaia. As escolas locais também são parceiras nessa articulação, por meio de suas estruturas.

Contudo, o cenário de enfraquecimento das políticas indigenistas atinge também a salvaguarda dos bens culturais Karajá. As duas tentativas mais recentes de parceria com o DSEI Araguaia para utilização das embarcações (nesses casos o combustível é fornecido pelo Iphan) foram frustradas por limitações contratuais em relação aos barcos, agora em menor número. As CTL da Funai contam com um quantitativo reduzido de servidores, que até o momento direcionam esforços e acompanham o Iphan em todas as ações na Ilha do Bananal. Esse cenário, em constante transformação, exige das superintendências alternativas administrativas para solucionar problemas que muitas vezes surgem durante a execução das ações.

Além de Funai e SESAI (DSEI Araguaia), há também o diálogo com a Secretaria de Educação do Tocantins - SEDUC/TO, Secretaria de Estado de Cultura, Esporte Lazer do Mato Grosso - SECEL/MT, Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso - SEDUC/MT, e Universidade Federal de Goiás - UFG por meio de seu Museu Antropológico.

Quanto à cerâmica utilitária, a produção entre os Karajás atualmente possui uma baixa frequência. Sabe-se, que existem ceramistas que detêm esse saber nas aldeias Macaúba e Werebia, por exemplo. Das cerâmicas utilitárias ainda produzidas o pote para armazenar água é o mais conhecido, mas, segundo as ceramistas de Werebia, quase não o fazem pois atualmente possuem geladeiras e os potes não cabem no eletrodoméstico. Essa atividade, portanto, continua em risco de desaparecimento e é pertinente que ações desenvolvidas sobre esse tipo de saber oleiro. Existe interesse em ações sobre a cerâmica utilitária. É necessário ampliar a identificação das poucas ceramistas que possuem o domínio das tecnologias de confecção da cerâmica utilitária e, a partir disso, em conjunto com os Karajás, planejar uma linha de atuação.

Por fim, sobre a possível ampliação de acesso dos Karajá a direitos sociais e políticos por força do reconhecimento de seus bens culturais, diante dos dados que dispomos não é possível inferir, até

o momento, que o registro tenha refletido na ampliação desses direitos. O que é perceptível é que o registro proporcionou maior visibilidade dos Karajás num cenário nacional.

#### IV – CONCLUSÃO

A elaboração deste parecer teve como parâmetro as orientações apresentadas na Nota Técnica nº 18 (SEI N.º 3650290), que sinalizaram quais os aspectos a serem observados no que tange aos processos de transformação e continuidade que incidem no bem cultural. As visitas dos técnicos das Superintendências do Iphan de Mato Grosso, Tocantins e Goiás às aldeias karajá localizadas na Ilha do Bananal, associadas a realização de entrevistas com ceramistas e lideranças locais, permitiram uma maior compreensão das possíveis mudanças pelas quais o bem foi submetido e também a manutenção de elementos que constituem a essência enquanto patrimônio cultural brasileiro.

No que tange às transformações dos elementos identificados durante a pesquisa que embasaram o Registro observamos que o modo de fazer as bonecas karajá continua praticamente idêntico à época da que as pesquisas foram realizadas. Inclusive os novos insumos usados há 10 anos na produção das esculturas e mencionados no Dossiê como tinturas industrializadas, são utilizados até hoje. A queima das peças continuam sendo realizadas em fornos artesanais conforme já faziam as ceramistas mais antigas. Em poucas aldeias, como é o caso das localizadas em Aruanã (GO), já se usam fornos construídos de tijolos e alvenaria. No entanto, não é a realidade das aldeias dos estados de Tocantins e Mato Grosso. Também não houve segundo as entrevistas mudanças significativas nas formas dos grafismos reproduzidos nos corpos das bonecas. As inspirações continuam sendo na geometria da fauna local principalmente as onças, jacarés e tartarugas.

Embora o ofício continue sendo uma prática cultural desempenhada por mulheres, com os maridos e filhos apoiando-as nas tarefas que exigem trabalho pesado como o transporte do barro e da lenha, o processo de transmissão dos saberes tem apresentado nuances que talvez na época da pesquisa do registro não existiam. Algumas ceramistas atualmente contam com a participação das filhas menores nos acabamentos mais delicados que compõem as bonecas. Como as filhas possuem familiaridade com as técnicas de desenhos aprendidos na escola, elas as aperfeiçoam no processo de composição dos elementos faciais (boca, nariz, olhos e orelhas) e na execução dos traços finos da reprodução dos grafismos das bonecas. Percebemos na relação de transmissão de saberes entre mãe e filha um tipo de troca horizontal, que demonstra ser positiva no tocante à inclusão das jovens no ofício. Trata-se de uma forma de aprendizado diferente do modo que as ceramistas em atividade aprenderam apenas observando as mães e as avós confeccionando as bonecas.

Ante o exposto, avaliamos que não há necessidade de qualquer alteração formal no recorte ou de extensão na identificação do bem, em relação ao que foi inicialmente apresentado. Tampouco consideramos pertinente qualquer alteração na nomenclatura do bem. Contudo, é pertinente que ocorra a discussão sobre o entendimento de qual é a área de abrangência do bem cultural, se circunscrito aos locais de produção e reprodução ou se mais abrangente.

Sobre o processo de salvaguarda, é importante prosseguir com algumas observações e recomendações, quais sejam:

- Ampliação da articulação interinstitucional com o poder público local e outras instituições como IBAMA, Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer de Mato Grosso, Secretaria da Cultura e Turismo do Tocantins, Secretaria de Educação e Cultura de São Félix do Araguaia, Universidade Federal do Tocantins, Universidade Federal do Mato Grosso e Universidade Estadual do Mato Grosso, por exemplo;
- Envolver, da forma mais adequada, as associações indígenas no processo de salvaguarda. Sabe-se que muitas enfrentam problemas de regularidade, necessitando de um trabalho de orientação para resolução de eventuais pendências para que a partir disso seja possível um envolvimento mais efetivo no processo de salvaguarda.;

- Formar uma instância de gestão do processo de salvaguarda, formada por interlocutores indígenas, detentoras e parceiros institucionais, pensar num modelo que seja fluído e dialogue com as estruturas sociais do povo Iny Karajá;
- Estabelecer uma linha de trabalho sobre a comercialização das bonecas, desde a elaboração de materiais informativos sobre as produtoras, embalagens biodegradáveis e material de divulgação, bem como articulação com possíveis mercados;
- Realizar uma pesquisa dedicada ao estudo do mercado no qual o bem cultural está inserido, abrangendo tópicos como a comercialização, atores sociais envolvidos, rotas de comércio, trajetória das peças e relações entre as produtoras e compradores, por exemplo;
- Fortalecer a realização de oficinas de transmissão de saberes que atenda também o público formado por mulheres jovens e ceramistas que não dominam as técnicas de confecção de "bonecas modernas", as wijina bede ritxoko.
- Associado à observação anterior é recomendado também o fortalecimento dos intercâmbios entre as ceramistas de aldeias diferentes.
- Envolver no processo de salvaguarda do bem cultural a Superintendência do Iphan no Pará, uma vez que as aldeias Santo Antônio e Maranduba estão localizadas no município de Santa Maria das Barreiras/PA;
- Proceder com a publicação do Dossiê de Registro do bem cultural, contribuindo assim para a difusão e valorização do bem cultural.

Por fim, é pertinente pontuar que o conteúdo do presente Parecer foi fruto de consulta aos arquivos das superintendências envolvidas, de visitas às aldeias Buridina e Bdè-burè, localizadas em Aruanã/GO, e às aldeias Santa Isabel do Morro, Jk, Werebia e Wataú, localizadas na Ilha do Bananal/TO, município de Lagoa da Confusão/TO e aldeia São Domingos, no município de Luciara/MT, onde ocorreram entrevistas com ceramistas, detentoras dos saberes envolvidos no bem cultural. Além das entrevistas com as ceramistas ocorreram também contatos com pessoas que de alguma forma se relacionam com os Karajás e com o bem cultural objeto de registro.

Por todo o exposto, considerando que o bem cultural permanece enquanto uma referência cultural para os grupos que o produzem e reproduzem, somos favoráveis à Revalidação do Título de Patrimônio Cultural.

Este é o nosso Parecer.

ALESSANDRO BARBOSA LOPES

Técnico I - Antropólogo da Divisão Técnica da Superintendência do Iphan no Tocantins

FRANCIMÁRIO VITO DOS SANTOS

Técnico I - Antropólogo da Divisão Técnica da Superintendência do Iphan no Mato Grosso

RENATA SILVA DE OLIVEIRA GALVÃO

Técnica I - Historiadora da Superintendência do Iphan em Goiás

## REFERÊNCIAS

IPHAN. Dossiê Bonecas Karajá: arte, memória e identidade indígena no Araguaia. Brasília, DF: IPHAN, 2011.

IPHAN. Nota Técnica N.º 18/2022/COREG/CGIR/DPI. 2022.

[1] Apesar das esteiras exercerem funções tradicionais bem definidas na vida cotidiana da comunidade, as artesãos desse tipo de objeto, afirmaram que já as comercializam sob encomenda prévia. No entanto, ressaltaram que o correto é que seja doada para alguém após o ritual. Geralmente quando uma mulher da comunidade engravida, as outras mulheres da família se juntam e confeccionam uma esteira, que leva alguns meses, para presentear-lá. É sobre ela que a grávida terá o bebê.

[2] Durante a roda de conversa, solicitamos que as artesãs participantes trouxessem suas peças para colocar à mostra, e algumas expuseram aquelas confeccionadas por “ceramistas profissionais” externas à comunidade. Ou seja, esculturas cujo destino é o mercado. Elas ressaltaram que as peças foram produzidas pelas primas Disyra Karajá e Huiriru Karajá moradoras da aldeia Santa Isabel do Moro.

[3] Associação da Comunidade Indígena Fontoura - ACIF, Instituto KREHAWA-INKRE, Associação da Comunidade Indígena Karajá de Santa Isabel do Morro - ACISIM, Associação das Mulheres Indígenas de São Domingos, Associação INY BEDEDYYNANA, Associação Iny Mahandu, Casa de Cultura Karajá Tapirapé e AHIMA.

[4] Ministério Público Federal - MPF, Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI, Secretaria de Justiça e dos Direitos Humanos do Tocantins - SEJUDH/TO, Universidade Federal do Tocantins - UFT, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins - IFTO, Polícia Militar do Tocantins - PM-TO e IPHAN.



Documento assinado eletronicamente por **Alessandro Barbosa Lopes, Técnico I**, em 11/10/2022, às 21:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francimário Vito dos Santos, Técnico**, em 13/10/2022, às 11:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Silva de Oliveira Galvão, Técnico I**, em 13/10/2022, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.iphan.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3902755** e o código CRC **E1B6CB39**.

Referência: Processo nº 01450.001914/2022-76

SEI nº 3902755